

APRESENTAÇÃO

A oportunidade que o Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR) tem de editar agora, na sua versão completa, *A Guerra Religiosa na Primeira República*, de Maria Lúcia de Brito Moura, não se deve só ao ambiente comemorativo sobre a I República, ainda que esta circunstância aumente o grau de importância do acto de se colocar à disposição do público esta obra marcante.

A obra teve uma primeira edição, simplificada do aparato mais académico e crítico, surgida em Outubro de 2004 na Editorial Notícias, mas entretanto esgotada. O CEHR assumiu agora a edição integral e revista deste estudo que corresponde ao trabalho realizado pela autora como dissertação de doutoramento em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Professor Fernando Catroga.

Este estudo é indiscutivelmente um marco no conhecimento historiográfico deste período – a I República – da vida portuguesa. Partindo da problemática do religioso, tradicionalmente colocado como «a questão religiosa», este estudo não se reduz às relações institucionais, nem se circunscreve exclusivamente aos ambientes católicos. A autora pretende sublinhar e tornar sensível à compreensibilidade historiográfica o quotidiano e a vida concreta das pessoas; como por várias vezes a própria autora refere, trata-se de um estudo sobre aqueles intervenientes e aqueles aspectos que não se esgotam nem no aparato, nem nos protagonistas dominantes, eclesiásticos ou políticos.

É um estudo inovador, pioneiro no conhecimento e na abordagem metodológica dum tempo complexo e de profundas alterações mentais, sócio-culturais e políticas. Considerando o caleidoscópio dessas mutações e dos seus agentes, este trabalho assinala bem a recomposição do religioso que também o foi do ponto de vista cultural e social, marcado por rupturas e afrontamentos geradores de outros níveis de consciência. Questões como a legitimidade, a autoridade e a tradição são

perspectivadas nesta análise como realidades antropológicas que, sendo factores de resistência, surgem também como processos de inovação e de adaptação gerando algo que se pode considerar parte integrante da secularização e da laicização da sociedade e da sua institucionalização orgânica, isto é, do Estado.

É gratificante para o conjunto de investigadores do CEHR esta edição de uma autora – Maria Lúcia de Brito Moura – que, membro empenhado do Centro, tem dado um contributo constante à formação de todos nós e tem ajudado a colocar mais profundamente as questões que respeitam a este primeiro período do regime republicano (1910-1926), apoiando e estimulando o trabalho de novos investigadores nestas problemáticas. Sempre disponível para partilhar os seus conhecimentos e informar sobre as suas pesquisas, a sua produção continuada sobre diversos temas é bem demonstrativa deste labor, utilizando fontes primárias relevantes de arquivos nacionais e internacionais.

É, pois, com uma palavra de profundo reconhecimento que a Direcção do CEHR agradece ter a autora disponibilizado todo o material necessário para esta edição, considerando este gesto como mais um daqueles com que nos tem brindado, como companheira das nossas actividades científicas, as quais procuram estar sempre abertas a todos, recebendo e dando o que está ao nosso alcance. O trabalho de investigação e de escrita, sendo solitário, tem também um elevado grau de cooperação, nele se jogando incessantemente o sentido do que se estuda e faz. A abertura e o rigor de um centro de investigação depende da atitude das pessoas que nele se integram e colaboram, pois, não se podendo tudo fazer, o que se alcança só pode ser o resultado do empenho de todos. A importância deste trabalho e da actividade científica de Maria Lúcia de Brito Moura tem sido o testemunho desta atitude. Por isso mesmo, nesta introdução, se assinalam estes aspectos como expressão e imperativo de gratidão.

António Matos Ferreira
Director-adjunto do CEHR

PREFÁCIO

Até praticamente aos finais dos anos de 1980 não foi grande o interesse pelo estudo da *questão religiosa* em Portugal. Foi a época em que esta aparecia fundida com a história da Igreja, ou convocada para anatematizar os excessos do racionalismo moderno e das ideias liberais, democráticas e socialistas, isto é, para, directa ou indirectamente, justificar a política recatolicizadora levada a cabo pelo Estado Novo desde os inícios da década de 1930.

No campo oposto, a “historiografia de resistência” tendeu a recalá-la, devido não só a razões de repressão ideológica, mas, sobretudo, de carácter epistemológico. Foi o momento em que, neste sector, a hegemonia da história económico-social caminhou a par com a secundarização da história política e da história cultural, e em que, por isso mesmo, a *questão religiosa* se confinou, quase exclusivamente, ao estudo das desamortizações. Regra geral, este reducionismo deveu-se à convicção de que as chamadas superestruturas nunca poderiam agir como forças instituintes do social, ou, pelo menos, como instâncias onde, num dado momento, as contradições da sociedade podem condensar-se. Em suma: havia dificuldades para se reconhecer que o ser humano é *homo oeconomicus*, *homo socius* e *homo politicus*, dado que também é *homo symbolicus* e *homo sacer*.

O panorama mudou nos últimos vinte anos, aparecendo a obra de Maria Lúcia de Brito Moura como um dos mais sólidos marcos dessa viragem. Não surpreende, já que a autora, querendo historiar a partir de factos beneditinamente certificados, não só fez uma profunda investigação de fontes primárias, como compulsou a bibliografia portuguesa e internacional de referência ligada à temática, porque igualmente sabe que historiar é fazer interpretações de interpretações. E tinha que ser assim: a hermenêutica ficaria diminuída se não fosse sujeita a dois olhares concomitantes – o da comparação (interna e externa) e o da escala temporal média.

Como o problema religioso, agitado pelos republicanos, desejava integrar a herança do antijesuitismo pombalino e do anticongreganismo monárquico-constitucional, só nessa diacronia as continuidades e as mudanças – em particular as acrescentadas pelo livre-pensamento e pela laicidade – poderiam ser apreendidas. Sem isso, cair-se-ia na ilusão de que a *questão religiosa* foi um fenómeno de conjuntura curta e uma “invenção” pequeno-burguesa sem causalidades estruturais. Ora, o tipo de anticlericalismo político aqui estudado ganhou relevância desde, pelo menos, Pombal, mantendo-se activo – com altos e baixos, é certo – até aos inícios da década de 1930. Média duração a pedir faseamentos e especificações, no contexto dos avanços e das resistências provocados pela longa luta em prol da modernização da sociedade portuguesa. Por isso, nesta obra – ainda que, à primeira vista, o seu objecto pareça somente ter a ver com a I República –, está em causa a compreensão de uma “guerra religiosa” que demorou mais de cem anos. E o seu cariz estrutural pode ainda ser comprovado tanto pela comparação com o ocorrido em boa parte dos países católicos da Europa do Sul (com destaque para a França) e da América Latina (México), como por este outro argumento: exceptuando a laicidade republicana, as medidas anti-ultramontanas, antijesuíticas e anticongreganistas foram tomadas por governantes monárquicos e católicos.

Percebe-se. Afinal, elas foram ditadas por necessidades tão importantes na desestruturação da sociedade de Antigo Regime como: a afirmação da soberania do Estado; o lançamento de uma política educativa que, contra o ultramontanismo, nacionalizasse as consciências e os sentimentos de pertença; a privatização dos bens da Igreja, tendo em vista o desenvolvimento de uma economia capitalista; a radicação de um sistema representativo assente nos direitos fundamentais do indivíduo, premissa que os republicanos quiseram alargar à liberdade de consciência e, portanto, ao direito à religião ou à não religião. O que pôs na ordem do dia o combate pela laicização da sociedade portuguesa, objectivo que terá na célebre Lei de Separação das Igrejas do Estado (Abril de 1911), na introdução do ensino primário obrigatório gratuito e laico, na lei do registo civil obrigatório e na lei do divórcio, as traves mestras da sua concretização.

Maneira de sustentar que, sob a República, a *questão religiosa* foi um ponto de chegada e, simultaneamente, pretendeu ser um acelerado ponto de partida para o que se considerava ser a definitiva modernização da sociedade portuguesa. Mas, este projecto não foi um exclusivo do republicanismo: foi igualmente propagandeado por várias correntes político-ideológicas (livre-pensamento, socialismo, anarquismo) que reivindicavam para si o estatuto de vanguardas, e que, na diversidade dos seus objectivos últimos, se reuniram, nas vésperas do 5 de Outubro, à volta de programa mínimo: derrubar a Monarquia e institucionalizar a laicidade, chaves que abririam as portas à democracia e à resolução dos problemas sociais. Prova de que, para estas correntes político-ideológicas, a *questão religiosa* aglutinava todas as outras, e sinal de que, sem a remissão da influência da Igreja à esfera privada

e mesmo, para alguns, sem a extinção da religião, não se conseguiria eliminar a opressão política e a exploração social.

O rápido cumprimento desta agenda começou logo após o 5 de Outubro de 1910 e traduziu-se na institucionalização político-jurídica da laicidade, aspecto bem descrito na obra, porque tratado de um modo não maniqueísta. Assim, não escamoteando a existência de um consenso entre as várias tendências republicanas no que respeita à implantação da neutralidade religiosa do Estado, regista-se a existência de clivagens quanto ao âmbito e ao tempo necessário para a concretização dessa ruptura, realidade a que a entrada de Portugal na guerra e a dramática situação do país (carestia de vida, pneumónica) trouxe uma ainda maior complexidade.

A mesma cautela metódica se detecta no que respeita à evolução da Igreja. Esta, de uma situação inicial de impotência e de expectativa desconfiada, rapidamente passou para uma atitude de desobediência às leis decretadas pelo Estado republicano, escudada nas posições públicas dos bispos contra a Lei de Separação e na intervenção papal. O imediato desfecho é conhecido: o exílio interno dos antístites e o levantar de manifestações de simpatia em seu apoio. Movimentos autónomos, mas não independentes das agitações monárquicas que, de armas na mão, começavam a preparar-se para derrubar a República.

Pode dizer-se que a descrição dos momentos fortes desta “guerra” constitui o núcleo duro do livro. Todavia, dele consta uma faceta frequentemente encoberta pelo peso da componente político-ideológica. Sem negar a existência de interconexões entre ambas, a autora assinala a existência de levantes e protestos populares movidos por motivações mais fundas. Entroncavam em costumes, hábitos e atitudes, cujas práticas rituais (muitas vezes eivadas de um paganismo catolicizado) tinham cimentado identidades comunitárias que se sentiram agredidas por uma política imbuída de um vanguardismo iluminista à luz do qual os relativismos culturais só valiam para o passado.

Com esta matéria, o livro entrou no cerne de uma das suas partes mais interessantes e inovadoras. A República actuou através dos meios estaduais que dominava, mas também da acção de grupos, organizados ou não, que, em nome da Lei de Separação, recorreram a actos de violência física e simbólica. O que obrigou a análise a descer do nível político-ideológico para o regional e local, a fim de captar algo secularmente comum a todas as guerras religiosas: a eclosão de manifestações iconoclastas.

Sabendo que esta reacção é típica das sociedades em que o sagrado também funciona como força legitimadora de poderes e opressões, Maria Lúcia de Brito Moura abraçou aqui a perspectiva antropológica para mostrar como esta *transfêrência* também serviu para bloquear a irrupção de formas mais contundentes de violência, ao mesmo tempo que a comparação com fenómenos similares (*Semana Trágica de Barcelona*, 1909; revolução mexicana) lhe permitiu captar índices de agressividade, física e simbólica, menos elevados. Sinal de uma conflitualidade

social menos intensa e de efeitos de mediações personalizadas, vindas, sobretudo de autoridades distritais e locais que, não raro, amorteceram a aplicação da Lei, explorando (particularmente no que respeita às manifestações rituais no espaço público) as exceções de cariz étnico-cultural que ela mesma previa. Noutros casos, porém, o proselitismo anticlerical chegou a ultrapassar os limites da legalidade, com comportamentos de iconoclastia comuns a todas as heterodoxias e comumente traduzidos na destruição de imagens, de badalos de sinos, em suma, na carnavalização dos ritos religiosos.

Rastrear e fixar a geografia e os momentos mais significativos destas atitudes de resistência e de contestação constitui, sem dúvida, uma das partes mais fascinantes deste estudo. E como este mobiliza todas as implicações da *questão religiosa*, a sua leitura também ajuda a entender-se melhor algumas das razões que debilitaram a República e impulsionaram o crescimento dos que, contra os ideais democráticos, liberais e socialistas, apostavam na renovação do antigo consórcio regalista do trono com o altar e num maior controlo e fomento da massificação das formas de religiosidade popular.

Setembro de 2010

Fernando Catroga